

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.762 - RJ (2019/0016577-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MARCIA PEREIRA GOULART
AGRAVANTE : MARCIA LIMA DA COSTA NOVAES
AGRAVANTE : TELMA CRISTINA FARIA DE MENDONCA DUTRA
AGRAVANTE : SIMONE MELLO BARIZON
AGRAVANTE : MARIA ELISABETH MORGADO
ADVOGADO : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR - RJ153885
AGRAVADO : UNIÃO
INTERES. : VANDA DE FREITAS SILVA
INTERES. : ROGERIO ALVES DE BARROS
ADVOGADO : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR - RJ153885
INTERES. : MARILENE KNUPP DE ANDRADE
INTERES. : MANOEL LUIZ DA SILVA RAIMUNDO
INTERES. : YESSMIN ELIAS HELAYEL

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial de Marcia Pereira Goulart e outros, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA EX OFFICIO. APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. CONVERSÃO EM URV (11,98%). PAGAMENTO EFETUADO ADMINISTRATIVAMENTE EM RELAÇÃO A DETERMINADOS AUTORES. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE PROCESSUAL. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SUCUMBÊNCIA DA PARTE AUTORA.

1. Constatado que o pedido formulado nos autos pelas co-autoras Marcia Pereira Goulart, Marcia Lima da Costa, Telma Cristina Faria de Mendonca Dutra e Simone Mello Barizon, foi totalmente satisfeito na seara administrativa, antes mesmo de ter sido determinada a citação da União, resta evidenciada a perda superveniente de objeto e, por conseguinte, de interesse em obter provimento jurisdicional, impondo-se a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do NCP, relativamente às aludidas litisconsortes.

2. O direito brasileiro adota o princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes, cumprindo, a teor do que preceitua o artigo 85, §10º, do CPC/2015 ("Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo."), condenar referidas

litisconsortes ao pagamento dos honorários advocatícios, por terem, evidenciada a omissão, dado causa ao indevido prolongamento dos trâmites processuais, diante da alteração da situação fática que fundamentou o pleito autoral.

3. Os autores remanescentes, servidores do TRT-1ª Região, postulam o pagamento do "passivo referente aos juros moratórios devidos em decorrência no atraso do pagamento da parcela decorrente da conversão da URV, no percentual de 11,98".

4. Afigura-se plenamente possível ao devedor de dívida prescrita renunciar ao prazo prescricional relativamente ao principal da dívida sem que, assim o fazendo, esteja se obrigando ao pagamento de correção monetária e juros incidentes sobre essa mesma dívida, os quais, em relação a quaisquer outras diferenças de pagamento, somente seriam garantidos acaso houvesse o credor ajuizado ação de cobrança antes da fluência do prazo prescricional - o que, na presente hipótese concreta, não ocorreu. Nesses termos, há que se reconhecer a prescrição das parcelas ora reclamadas, na forma do Artigo 1º, do Decreto nº 20.910/1932, aplicável à espécie.

5. O próprio Conselho Superior da Justiça do Trabalho no Processo no TST-CJST-270/2006-000-90-00.3, que tratava especificamente da incidência (ou não) dos juros de mora nos pagamentos do percentual de 11,98% aos servidores administrativos, reputou ilegal a incidência de juros de mora.

6. Remessa necessária e apelação da União providas, sentença reformada.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o v. acórdão recorrido teria contrariado o disposto nos arts. 489, II, 1022, II, 85, §10º, do CPC e 4º e 9º do Decreto n. 20.910/32, além da tese firmada em recurso repetitivo no REsp nº 1.270.439.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 589/591).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pelas seguintes razões: a) inaplicabilidade do paradigma apontado ao caso concreto; b) ausência de violação aos dispositivos alegados como violados; c) regular apreciação dos embargos; d) incidência da Súmula n. 7/STJ; e) incidência da Súmula n. 83/STJ.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial possui condições de admissão.

Houve contraminuta pela parte agravada (e-STJ fls. 629/630).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante deixou de impugnar todos os fundamentos adotados na decisão de inadmissibilidade.

Isto porquanto, a despeito da impugnação dos demais óbices, a parte ficou-se inerte com relação ao seguinte ponto (e-STJ fl. 600):

Por seu turno, os embargos de declaração foram regularmente apreciados. De fato, alegar que não o foram, quando isto pressuponha, para que acatado, reexaminar os fatos e, só assim, perquirir a correção ou não do julgado, toma inviável a via extrema.

No ponto, o agravo deixou de sustentar as razões pelas quais teriam sido

violados os arts. 489, II, e 1022, II, do CPC/15.

Tal conduta revela combate não específico e inapto a reformar a decisão agravada.

Assim, na esteira do entendimento desta Corte Superior, não obedece ao comando do art. 932, III, do CPC/2015 (correspondente ao art. 544, § 4.º, inciso I, do CPC/1973), o agravo que não tenha atacado específica e fundamentadamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE PRELIBAÇÃO NEGATIVO. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A teor do disposto nos arts. 544, § 4º, I, do CPC/1973 e 932, III, do CPC/2015, compete à parte agravante infirmar especificamente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, sejam eles autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.

3. O princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente o ônus de explicitar os motivos pelos quais a decisão recorrida deve ser reformada, trazendo argumentações capazes de demonstrar o seu desacerto, sob pena de vê-la mantida por seus próprios fundamentos.

4. Na hipótese, o agravante não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e direta, os motivos que levaram o Tribunal de origem a inadmitir o apelo extremo, notadamente a aplicação do óbice da Súmula 7 desta Corte, em flagrante desrespeito ao princípio da dialeticidade.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 443.001/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 18/08/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182 DO STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula 182 do STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada.

3. O novo Código de Processo Civil, por meio do art. 932, reafirmou a jurisprudência desta Corte, ao exigir a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1600403/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCP. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS

FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). MATÉRIA CONSTITUCIONAL. APRECIÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/73), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 7 do STJ).

3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, na via especial, suposta violação de matéria constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 851.024/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 29/08/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator